

## ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E POLÍTICA DE HABITAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

### PROFESSIONAL ACTION OF THE SOCIAL ASSISTANT AND POLICY OF HOUSING IN ACADEMIC PRODUCTION

Aida Margarida Cardoso Gonçalves Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca identificar a atuação do profissional de Serviço Social inserido na política de habitação, a partir da análise da produção acadêmica de estudiosos da questão urbana e habitacional. Busca sintetizar as principais variáveis trabalhadas nessa produção acadêmica como forma de evidenciar as demandas institucionais e as respostas desses profissionais na referida área de atuação. A metodologia da pesquisa foi realizada com base em levantamento bibliográfico através da abordagem metodológica da Revisão Sistemática da Literatura (RLS). Foram pesquisadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 02 Teses de Doutorado e 05 Dissertações de Mestrado que tratam do Trabalho do Assistente Social na política de habitação e do Trabalho do Assistente Social nos processos de remoção, assuntos que estão diretamente ligados ao objeto proposto; 07 artigos publicados em revistas qualificadas pela CAPES; 32 artigos em Trabalhos Completos em Anais de eventos acadêmicos; 05 artigos no Google, totalizando 51 trabalhos acadêmicos, no período de 2007 a 2016. Na leitura dos trabalhos foram identificadas algumas variáveis que tratam da atuação do Serviço Social na política de habitação, sendo que as principais variáveis apontadas são: Participação, Mobilização e Organização Comunitária, Processos educativos, Geração de trabalho e renda, Intervenção em projetos habitacionais, Acompanhamento das ações, Implementação de políticas públicas e políticas sociais.

199

**Palavras-chave:** Atuação profissional. Serviço Social. Trabalho Social. Política Habitacional. Produção bibliográfica.

**Abstract:** This article seeks to identify the work of the Social Work professional inserted in the housing policy, based on the analysis of the academic production of urban and housing scholars. It seeks to synthesize the main variables worked in this academic production as a way of evidencing the institutional demands and the answers of these professionals in the mentioned area of performance. The methodology of the research was carried out based on a bibliographical survey through the methodological approach of the Systematic Review of Literature (RLS). They were researched in the Bank of Thesis and Dissertations of CAPES, 02 Theses of Doctorate and 05 Master's Dissertations that deal with the Work of the Social Worker in the housing policy and the Work of the Social Worker in the processes of removal, subjects that are directly related to the proposed object ; 07 articles published in journals qualified by CAPES; 32 articles in Full Papers in Annals of academic events; 05 articles in Google, totaling

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará.

51 academic papers, between 2007 and 2016. In the reading of the works were identified some variables that deal with the work of the Social Service in the housing policy, and the main variables pointed out are: Participation, Mobilization and Organization Community, Educational processes, Generation of work and income, Intervention in housing projects, Follow-up actions, Implementation of public policies and social policies.

**Keywords:** Professional performance. Social Services. Social Work. Housing Policy. Bibliographical production.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui parte de uma Dissertação de Mestrado em Serviço Social e busca identificar qual a atuação do profissional de Serviço Social inserido na política de habitação, a partir da análise da produção acadêmica de estudiosos da questão urbana e habitacional. Busca, assim, sintetizar as principais variáveis trabalhadas nessa produção acadêmica como forma de evidenciar as demandas institucionais e as respostas desses profissionais na referida área de atuação.

Ressalta-se a relevância do estudo bibliográfico para a pesquisa, a qual contribuiu para o embasamento teórico e compreensão do tema discutido, bem como para o fomento de debates e reflexões acerca da atuação profissional para sistematizar teoricamente informações que viabilizem aos assistentes sociais o enfrentamento da problemática habitacional, pois o estudo bibliográfico que envolveu teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos de eventos de suma importância para o Serviço Social e das revistas qualificadas pela CAPES, permitiu-nos identificar algumas principais categorias fundamentais para a atuação profissional.

Para tanto, salienta-se que as novas demandas para o profissional de Serviço Social requerem o compromisso com seu projeto ético-político para sustentar sua intervenção, no que tange às demandas advindas da contradição da relação capital x trabalho, as quais se configuram na sociedade, onde a habitação reflete o problema da escassez da moradia ou das péssimas condições de moradia.

A metodologia da pesquisa foi realizada com base no levantamento bibliográfico através da abordagem metodológica da Revisão Sistemática da Literatura (RLS). Conforme Nunes, Andrade e Moraes (2013 apud SANTOS, 2015, p. 66):

[...] as revisões sistemáticas de literatura buscam sintetizar evidências externas entre múltiplos estudos identificados e analisados com base em critérios adequados e procedimentos explícitos e transparentes, de forma que o leitor possa identificar as características reais dos estudos revisados.

Ressalta-se também que para a operacionalização dessa revisão, é importante seguir as etapas de seleção da questão temática, estabelecendo critérios para a seleção da amostra, análise e interpretação dos resultados e apresentação da revisão por meio de uma síntese chamada meta-análise. Segundo Lopes e Fracolli (2008, p. 772), esta síntese é o método estatístico aplicado à revisão sistemática que integra os resultados de dois ou mais estudos primários.

A abordagem metodológica da revisão sistemática é composta pela utilização de um conjunto de critérios de inclusão e exclusão para selecionar o estudo e analisar seu conteúdo, ou seja, é elaborado um protocolo de pesquisa. O qual contém base de dados com palavras-chave, descritores ou tipos de busca.

Para a realização desta pesquisa, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão se basearam na natureza do estudo (Teses, Dissertações e Artigos); a similaridade temática, ou seja, foram incluídos os estudos que versam sobre o trabalho profissional na política habitacional; idioma das publicações em português; acesso gratuito às Teses e Dissertações, aos periódicos e aos anais de eventos e artigos disponíveis no site de pesquisa Google.

Os termos de busca ou descritores utilizados para a pesquisa foram: “trabalho social”, “serviço social na habitação”; “trabalho técnico social”; “política de habitação”; “trabalho técnico social na política de habitação”; “intervenção social na política habitacional”; “trabalho técnico operativo na política habitacional”, “trabalho técnico social nos programas habitacionais”. O recorte temporal referente ao período entre 2007 a 2016 justifica-se porque neste período temos a vigência da atual política habitacional com enfoque para a habitação de interesse social.

Os critérios de exclusão foram: Publicações que não possuem similaridade temática com o objeto da pesquisa; Publicações em outros idiomas que não sejam em português; Publicações em que o acesso é permitido mediante pagamento; Monografias de conclusão de graduação e relatórios; Dissertações e artigos científicos escritos antes de 2007 e após 2016; estudos que não envolvam as áreas de

conhecimento do serviço social; teses, dissertações e artigos científicos que não apresentaram resumos.

O procedimento metodológico do levantamento constou dos seguintes momentos:

a) Levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, sendo encontradas 02 Teses de Doutorado que tratam do Trabalho do Assistente Social na política de habitação e do Trabalho do Assistente Social nos processos de remoção, assuntos que estão diretamente ligados ao objeto proposto. Também foram levantadas 08 Dissertações de Mestrado, sendo selecionadas 05 que tratam sobre a atuação do assistente social nas diversas demandas na área da política habitacional. Nesse sentido, em termos de Teses e Dissertações, foram lidos e analisados 07 trabalhos que discorrem sobre temas referentes ao trabalho técnico social, participação social e cidadania, educação ambiental, atuação em projetos habitacionais, Trabalho social em assentamentos precários, dentre outros;

b) Levantamento nos artigos publicados em revistas qualificadas pela CAPES, sendo pesquisados artigos nas Revistas *Katálysis*; *Libertas*; *Temporalis*; *Convergência Crítica*; e *Sociedade em Debate*, sendo selecionados 07 artigos;

c) Levantamento em Trabalhos Completos em Anais de eventos acadêmicos, sendo os selecionados: 13 artigos do ENPESS, 10 do CBAS, 05 da JOINPP, 01 do Simpósio de Estudos de Gênero, 01 do Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociologia/ALAS, 01 da Conferência Mundial de Serviço Social e 01 da Jornada de Estágio em Serviço Social, totalizando 32 artigos;

d) Levantamento no Google Web, sendo identificados 05 artigos referentes ao tema em estudo. Ainda como procedimento metodológico, os 51 trabalhos selecionados foram lidos e organizados em um quadro para facilitar a sistematização dos dados, contendo: Título do trabalho (Tese, Dissertação, Artigo, Trabalho Completo em Anais), autor/a, veículo de publicação, ano, objetivo do trabalho, principais argumentos que tratam da atuação profissional na habitação.

O artigo apresenta três seções. A primeira trata das discussões teóricas acerca da questão da habitação na cidade capitalista. A segunda seção discute o significado sócio-histórico da profissão de Serviço Social. A terceira apresenta os resultados da pesquisa de mestrado sobre a atuação do Assistente Social na política de habitação,

com base na produção acadêmica no Brasil. Na última parte são apresentadas as considerações finais.

## 1 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA CIDADE CAPITALISTA

Engels (2015) em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, retrata a organização espacial das grandes cidades europeias no período da Revolução Industrial, mostrando a vida e a situação socioeconômica dos trabalhadores ingleses em meados do século XIX. Neste momento, a demanda de trabalho nas grandes fábricas provoca o deslocamento de trabalhadores do campo para as cidades, mais especificamente para os arredores das fábricas onde é acelerado o crescimento populacional nos bairros operários.

Engels (1988) expõe algo que se torna recorrente no processo de formação do espaço urbano capitalista, que é a atração de população em busca de condições de sobrevivência nas cidades. O problema da habitação evidencia as formas insalubres e degradantes dos bairros operários de diversas cidades inglesas. Sobre isto refere que:

Esta falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um destes sofrimentos próprios do moderno proletário [...] ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos [...] aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores que resultaram da repentina influência da população às grandes cidades. (ENGELS, 1988, p. 16).

Assim como Engels, outros autores buscaram explicar a dinâmica cotidiana das cidades nesse contexto de formação, transformação e consolidação da *cidade do capital*, em âmbito nacional e internacional. Assim, para esta análise, convém dar destaque ao pensamento de Lefebvre (1999, p. 10-12), quando afirma: “O tecido urbano é o suporte de ‘um modo de viver’ mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana”. Esta reflexão tem grande valia, pois busca interpretar os fenômenos sociais próprios da cidade capitalista na contemporaneidade.

Lefebvre (1999) esclarece que a urbanização capitalista expressa as consequências da divisão social do trabalho no âmbito da vida cotidiana, em que a sociedade passa a incorporar um modo de vida que ele definiu como sociedade

urbana. Destaca que, com o desenvolvimento das forças produtivas, instalou-se nos antigos centros das cidades todo o seu parque industrial e tecnológico com vistas à urbanização.

Dessa forma, a cidade recebeu a infraestrutura necessária ao desenvolvimento da acumulação capitalista, resultando no advento de equipamentos coletivos, dinheiro e força de trabalho, o que pressupôs a mobilização da população, antes originária do campo, para os centros mais antigos das cidades, tornando a cidade um lugar de vida urbana, conforme a perspectiva lefebvriana.

Vale destacar também o pensamento de Harvey (2005), que analisa o processo de crise do modo de produção capitalista e as formas mais recentes de acumulação capitalista pelo movimento globalizante, onde as empresas alojam-se nos grandes centros urbanos, alterando as formas de organização do espaço das cidades, que passam a ser lugar de conflito e de disputas, compreendendo a globalização como “[...] um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual” (p. 88).

O mesmo autor demonstra diversas questões sobre o papel do Estado em relação ao desenvolvimento econômico capitalista, e afirma que o Estado capitalista não pode ser outra coisa que um instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre o capital e o trabalho. E também funciona como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação, da troca e do consumo (HARVEY, 2005).

Observam-se ainda as proposições de Castells (1983) sobre a interpretação do espaço urbano e as relações capitalistas, “[...] o urbano não pode ser entendido apenas como uma forma espacial, este se constitui na expressão da organização social quanto ao processo de reprodução da força de trabalho, demonstrando o domínio da instância econômica sobre a social”.

Santos (1997) ressalta que o espaço urbano é uma realidade relacional, onde se expressam as ações de diferentes segmentos sociais, revelando o processo social:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens

sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1997, p. 71).

Nessa direção, Lojkine (1997, p. 146) refere que as principais características da cidade capitalista são de um lado “a crescente concentração dos ‘meios de consumo coletivos’ que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais”, e de outro lado, a aglomeração dos meios de reprodução, tanto do capital quanto da força de trabalho no espaço urbano, o que segundo o autor “vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico”.

No que tange ao papel do Estado, Lojkine (1997, p. 175) diz que este se dá de forma paliativa e seletiva, pois não atende de fato a demanda apresentada pela classe trabalhadora por moradia digna. O autor explica que as relações de produção capitalista, do mesmo modo que “provoca com a indústria moderna a aglomeração urbana”, impõe também limites à “organização racional e socializada do planejamento urbano”.

205

## **2 O SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

É no contexto de desenvolvimento capitalista industrial e expansão urbana, que nasce o Serviço Social, tendo como classes sociais deste processo o proletariado e a burguesia industrial. Neste cenário, se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro e surge sob novas formas da chamada “questão social”. Sendo esta a base de justificação para a criação da profissão de Serviço Social (IAMAMOTO, 2007, p. 77).

Com a ampliação do contingente de trabalhadores e sua presença política na sociedade, o Estado busca atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho das classes subalternas. Yazbek (2009) ressalta que a profissão de Serviço Social deve ser entendida no contexto do capitalismo, na sua idade monopolista, onde o Estado toma para si as respostas à “questão social”. Sobre isto, afirma que:

A análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é

preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. (YAZBEK, 2009, p. 3).

Iamamoto (2007, p. 70) analisa a profissão de serviço social situando-a como elemento que participa da reprodução das relações de classes sociais na sociedade capitalista e de um relacionamento contraditório entre elas. Ressalta o esforço de se compreender a profissão como um tipo de especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social do trabalho inerente a sociedade capitalista.

Desta forma, Iamamoto (2007, p. 72) afirma que a reprodução das relações sociais no estado capitalista se constitui na totalidade do processo social; a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade, o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade.

A partir da década de 1960, o Serviço Social latino-americano será sensibilizado pelos desafios da atuação social que se expressam na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão: O Movimento de Reconceituação desde o seu nascedouro, foi um movimento de denúncia, autocrítica e de questionamento da ordem societária e de busca da construção de um novo Serviço Social Latino-Americano.

Desta forma, destaca-se que a identificação das diferentes possibilidades de intervenção profissional não pode se distanciar do que Iamamoto (2009) chama de competências do Serviço Social, uma vez que essa intervenção não deve se restringir à dimensão técnica que aponta resultados práticos no atendimento demandado. A mesma autora refere que essas competências profissionais são apresentadas a partir de três dimensões, assim entendidas: teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, que reconhecem o assistente social como um profissional inserido nas relações contraditórias da sociedade capitalista. Compartilhando desta perspectiva, Sousa (2008, p. 121) afirma:

[...] é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social de sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos



Assistentes Sociais [...], e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade.

Neste contexto, o projeto ético-político profissional irá traduzir os valores e princípios contidos no Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), no sentido de orientar o posicionamento hegemônico da categoria junto à classe trabalhadora. O direito à cidade é, eminentemente, a luta pela defesa da construção de um modo de viver com ética, pautado na igualdade e liberdade substantivas e na equidade social (CAVALCANTE, 2013, p. 7).

### **3 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA**

Com base na pesquisa bibliográfica realizada, o trabalho pretendeu identificar qual a atuação do profissional de Serviço Social inserido na política de habitação, assim como, sintetizar quais as principais variáveis trabalhadas pelos autores como forma de evidenciar as demandas institucionais e principais requisições do trabalho do assistente social na política de habitação e as respostas desses profissionais na referida área de atuação. Para melhor visualizar as principais variáveis apresentamos como resultado o quadro 1:

207

**Quadro 1 – Principais variáveis encontradas na pesquisa.**

1- Participação	42
2- Mobilização e Organização Comunitária	23
3- Processos educativos	22
4- Geração de trabalho e renda	16
5- Intervenção em projetos habitacionais	16
6- Acompanhamento das ações	12
7- Implementação de políticas públicas e políticas sociais	10
8- Implementação de Projetos e programas sociais	8
9- Movimentos sociais	8
10- Atuação em equipes multidisciplinares e interdisciplinares	7
11- Articulação com a rede socioassistencial	7

12- Acolhimento	5
13- Visitas	4
14- Plantão social	2
15- Monitoramento	1
16- Diagnóstico	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos 51 trabalhos investigados.

**Participação** – Esta variável foi vista em 42 trabalhos acadêmicos do levantamento da pesquisa em tela. Assim, apresentaremos em forma de síntese as argumentações dos autores quanto à prática do profissional que evidencia a referida variável. Compreende-se que o conceito de Participação na atuação do Serviço Social perpassou de forma diferenciada na trajetória profissional. Nos anos de 1930 se mostrava com ausência de crítica, não levando em consideração sua natureza política.

Ao longo das décadas de 1940 e 1950 acontecem várias mudanças que se referem à intervenção do estado na política habitacional. Nesse contexto, a participação passou a ser uma estratégia, pois a população começou a ser chamada a participar de algumas políticas governamentais (NALIN, 2013).

Diante das intervenções da Política Habitacional é que alguns autores tecem suas argumentações em destaque para o processo de Participação no trabalho social. Ressaltam que através da participação se dá o reconhecimento da população como responsável pelos processos que promovam a autonomia e sustentabilidade nas áreas de intervenção e, por fim, favorece a inclusão ou participação nas redes de serviços já existentes na comunidade (HATMANN, 2013, p. 4).

Outros autores afirmam que as regulamentações do trabalho social demonstram um sentido contraditório de participação, pois, apesar de apresentarem ações voltadas para a autonomia e protagonismo das famílias, outrora, apresentam ações para favorecer a sustentabilidade dos empreendimentos, dos bens, equipamentos e serviços implantados (WUSTH, 2015, p. 69).

Neste cenário insere-se a profissão de Serviço Social, que é demandada para atuar nos projetos urbanísticos. Ressaltam Santos e Santana (2013) que a atuação profissional do assistente social incide principalmente no processo de organização da

população, atuando como mediador da participação da comunidade na implementação das ações urbanísticas.

Santana, Mercês e Santos (2010) argumentam que em algumas experiências os assistentes sociais conseguem estimular a participação, no sentido de possibilitar a comunidade a participar dos processos de planejamento e de execução de projetos. Destaca-se a experiência do Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (PDL-RDP) em Belém.

Nessa perspectiva os assistentes sociais utilizaram a participação para impulsionar o sujeito em direção a sua emancipação, construindo assim autonomia e qualificando-o para o controle social de políticas e programas sociais voltados para a questão da moradia, buscando efetivar a radicalização da democracia para a ampliação da cidadania (RIBEIRO; SCHUELTER, 2010, p. 7).

Alguns autores demonstram os processos contraditórios referentes à participação e tecem observações críticas no contexto atual da política habitacional. Ressaltam que o trabalho social apresentado na atualidade não representa caráter emancipatório, tendo em vista que mudaram as disposições originárias do Desenvolvimento de Comunidade, mas permanece a intenção de inclusão subordinada da população participante do projeto habitacional (WUSTH, 2015, p. 68).

Neste sentido, as argumentações das autoras apontam que a participação é restrita à oferta de informações sobre o programa e acompanhamento das obras e os assistentes sociais atuam como facilitadores da interlocução do poder público com a população. Neste contexto, os assistentes sociais sofrem influência dos moldes da sociedade capitalista, uma vez que o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, adquirindo a condição de trabalhador assalariado com todos os condicionamentos que disso decorre (GOMES, 2015, p. 116 apud SANTOS; SANTANA, 2013, p. 3).

Em síntese, os profissionais percebem a lógica de participação comunitária como uma perspectiva neoliberal, isto é, para a aceitação dos projetos urbanos. Diante deste cenário, afirma-se que os assistentes sociais têm pautado as suas discussões no Projeto Ético-Político da profissão, buscando ampliar os espaços socioprofissionais na garantia de direitos sociais dos usuários (COSTA, 2009, p. 7).

**Mobilização e organização comunitária** – A variável *mobilização e organização comunitária* foi encontrada em 23 trabalhos, que apresentam a prática

profissional articulada aos diversos segmentos sociais da população em geral, tendo por objetivo facilitar a organização na busca de objetivos comuns, contribuindo para que haja potencialização e fortalecimento da classe trabalhadora (SOUZA; VIEIRA, 2013, p. 5).

Na tentativa de resgatar os vínculos comunitários perdidos, os assistentes sociais centravam o trabalho na organização e mobilização das comunidades pobres, com base nos aportes teórico-metodológicos e técnico-operativos conservadores vigentes na década de 1940, e na abordagem de Caso, Grupo e Comunidade. Tratava-se de um trabalho essencialmente coletivo e comunitário, sendo que a atuação do Serviço Social na política habitacional fazia uso principalmente do Desenvolvimento de Comunidade (NALIN, 2013, p. 140).

Na década de 1970 o Serviço Social realizou um amplo trabalho de desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais, com vistas a sua recuperação física, administrativa e social. O Movimento de Reconceituação teve uma grande contribuição dos assistentes sociais ligados ao trabalho comunitário, tendo em vista que a equipe era formada especialmente por assistentes sociais e conhecia os problemas enfrentados pela população que morava em morros e favelas (SOUZA, 1993 apud NALIN, 2013, p. 143).

Na política atual, evidencia-se o processo de mobilização e participação comunitária nas atividades do assistente social, neste contexto, eleva-se a importância do trabalho do profissional no sentido de fortalecer o princípio de capacitação da mão de obra e inserção no mercado de trabalho. Devendo contribuir também no processo de tomada de consciência dos beneficiários quanto aos direitos e deveres e na sustentabilidade da nova moradia (ROSSATO; ACORCI; JESUS, 2013, p. 5).

Entende-se que o trabalho de mobilização e organização comunitária na atuação do assistente social é central, pois vimos que é um instrumento de participação, tanto na esfera institucional quanto fora dela. Todavia, ressalta-se a sua contradição no cotidiano profissional, quando o profissional se vê subordinado a uma dimensão política e ideológica do Estado para amenizar os conflitos junto às comunidades, mediante a inexistência de investimentos na capacitação dos profissionais; ingerência política; desarticulação da PHIS com a política urbana e

demais políticas públicas; especulação imobiliária; investimentos descontínuos na PHIS, que ora tem investimentos, ora fica estagnado (NALIN, 2013, p. 172).

Nesse sentido o profissional precisa estar atento aos sujeitos, levando em consideração sua particularidade e sua totalidade diante de uma sociedade que oprime, explora e trata com indiferença a classe trabalhadora. De acordo com Guerra (2007), o profissional através do processo de instrumentalidade adquire uma propriedade, um modo de ser, o qual lhe capacita para o enfrentamento das condições objetivas e subjetivas do exercício profissional, considerando uma propriedade sócio-histórica da profissão que possibilita o atendimento das demandas e o alcance dos objetivos.

**Processos educativos** – Foram vistos em 22 trabalhos. No início do século XX a prática profissional era fundamentada na concepção dominante de que os problemas sociais estavam diretamente relacionados ao problema de caráter dos indivíduos, tendo o trabalho social a tarefa de realizar ações que compreendiam intervenções de caráter socioeducativas, promovendo práticas de educação familiar e social, às quais posteriormente foram agregadas as ações de higiene e saúde (GOMES, 2015, p. 42).

Na década de 1940, as ações socioeducativas da profissão se davam através de “[...] um conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social ou para adaptar as condições de vida social às necessidades dos indivíduos [...]”, o trabalho era baseado em princípios filosóficos e morais, que seriam transmitidos pelos assistentes sociais a seus clientes (GOMES, 2015, p. 38).

Tratava-se de um trabalho de conscientização limitado ao trabalho educativo de ensinar os moradores provenientes de favelas, a viverem em condomínio, explicando seus direitos e deveres numa perspectiva integradora que envolve um projeto de cidade que não fora construído pelos moradores (GOMES, 2015, p. 38).

Posteriormente, em 1960, as ações socioeducativas dos profissionais estavam diretamente relacionadas com a intervenção na realidade das famílias participantes de projetos habitacionais, nas dimensões: social, ambiental, cultural e ideológica. Neste contexto a atuação da equipe técnica do trabalho social pode servir tanto para reforçar a relação de dominação, bem como atuar numa perspectiva emancipatória, em prol dos interesses das classes subalternas (WUSTH, 2015, p. 68).

Em uma perspectiva emancipatória, ressalta-se que o profissional mediante as ações educativas, interage com a população, intenta o diálogo problematizador e a coletivação de demandas individuais, tendo como principais objetivos a mobilização, a organização e a participação social (NALIN, 2013, p. 170).

Destaca Iamamoto (2009, p. 67 apud DIAS, 2012, p. 82) que “A ênfase conferida às ações socioeducativas é identificada como um marco na intervenção dos assistentes sociais, considerando sua importância no processo de produção/reprodução social”. Afirma a autora que, à medida que se inscrevem na dimensão social desse processo, “[...] produzem efeitos reais na vida dos sujeitos”, pois veiculam determinados interesses e compromissos de classe.

Em 1970 com o processo de redemocratização e a renovação do Serviço Social, os assistentes sociais começam a realizar uma nova prática na área habitacional, influenciados pelas mudanças advindas dos movimentos sociais. A atuação se dará através de um processo pedagógico participativo junto à comunidade, visando o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade da vida social e ambiental.

Na década de 1980 foi acrescida a preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade das famílias nos projetos urbanos, iniciando-se a discussão de programas de geração de trabalho e renda, além de projetos de educação ambiental (PAZ; TABOADA, 2010; DIAS, 2012, p. 37).

Nos anos 2000 o trabalho social passa a ser imposto por meio da manutenção de estratégias forçadas para a condução de respostas às carências sociais da população, com imposições de intervenção focada estritamente nos eixos da política: geração de trabalho e renda, educação sanitária, ambiental e patrimonial e mobilização comunitária (PIMENTEL, 2012, p. 26).

Compreendeu-se então que o Serviço Social no contexto atual pode assumir uma função pedagógica que possibilite o envolvimento da classe trabalhadora, no sentido de se trabalhar na formação política dos sujeitos e ocupar os espaços coletivos de decisão, como os Conselhos, de forma que a intervenção do assistente social, em consonância com o Código de Ética e com um determinado projeto de hegemonia, não seja apática à realidade social.

**Geração de Trabalho e Renda** – O tema da *geração de trabalho e renda* comparece em 16 trabalhos investigados. A partir da década de 1980 destaca-se a luta pela Reforma Urbana e a mobilização de diferentes movimentos populares

urbanos que foram fundamentais para a incorporação dos artigos que tratam da política urbana na Constituição Federal de 1988. Neste contexto, iniciando-se a discussão de programas de geração de trabalho e renda (PAZ; TABOADA, 2010).

A atuação do Assistente Social se dará no fortalecimento do princípio de capacitação da mão de obra e inserção no mercado de trabalho, e deve contribuir no processo de tomada de consciência dos beneficiários quanto aos direitos e deveres na sustentabilidade da nova moradia (ROSSATO; ACORCI; JESUS, 2013, p. 5).

Gomes (2015) esclarece que nos projetos urbanísticos as ações de geração de trabalho e renda limitam-se à contratação dos moradores na execução de algumas obras de infraestrutura. Isso demonstra as dificuldades de se alavancar nos projetos urbanísticos a temática geração de trabalho e renda.

Na perspectiva governamental, a geração de trabalho e renda – mediante cursos de qualificação profissional – proporcionaria mudanças e desenvolvimento na vida das famílias, incentivando-as para que permaneçam nas novas unidades habitacionais. Assim, garantiria meios para preservar e zelar pelos equipamentos de consumo coletivos implantados, taxas de serviços urbanos, e principalmente conseguiriam arcar com os novos gastos, com os impostos (SANTOS, 2015, p. 112).

Tal concepção demonstra o esvaziamento da cidadania e da garantia de direitos, haja vista o caráter assistencialista e paliativo das ações desenvolvidas pelo trabalho social nos projetos de intervenção governamental.

**Ações em intervenção de projetos habitacionais** – O assistente social desde a década de 1940 se destacou como protagonista do trabalho social nas implementações das ações do governo. Exercendo a mediação entre a população mais pobre e o Estado, cuja prática tutelar e educativa, visava a aprovação, o aceite e a adaptação da população aos modelos dos programas habitacionais (COSTA, 2009, p. 3).

Salienta a autora que os assistentes sociais tinham uma condição imposta nas ações das remoções denominadas de “operadores” de remoção, visto que estavam diretamente envolvidos e próximos a essa realidade. Tais ações foram rebatizadas pelas noções (retóricas) de “desalojamentos involuntários”, “reassentamentos” ou “remanejamentos”, novas denominações que pretendem atenuar o impacto da violência que a remoção, de fato, produz no cotidiano dos moradores de favelas (VIEIRA, 2015, p. 21; GRAZIA, 2014, p. 5).

Nos anos 2000 os assistentes sociais se inserem, entre outras ações, nos programas de Reassentamento, Regularização Urbanística e Fundiária, Programa de Aceleração de Crescimento/PAC e Programa Minha Casa Minha Vida/PMCMV. Neste cotidiano profissional, o Serviço Social é a porta de entrada, onde encaminha, orienta, busca mediação junto à instituição na tentativa de garantir o direito à moradia (2013, p. 147).

Nesse contexto, o assistente social trabalha na linha de frente e carrega o peso da insatisfação das famílias beneficiárias, não somente relativo ao trabalho social, que por vezes não atinge os objetivos propostos, mas também pelas obras físicas e de outras ações governamentais que não corresponderam às expectativas (NALIN, 2013, p. 169).

O processo de remoção e reassentamento dessas famílias têm levado anos até que elas saíam das áreas e passem a morar em um novo local. Portanto, são medidas insuficientes, pois muitas pessoas ainda residem em áreas de risco e muitas vezes sem previsão de serem reassentadas (DIAS, 2011, p. 128).

***Acompanhamento das ações nos projetos urbanísticos*** – Esta variável sintetiza diversas ações desenvolvidas pelos profissionais junto às famílias durante todas as etapas da intervenção, sendo elas: acompanhar e apoiar as obras e os remanejamentos decorrentes da intervenção; acompanhar as famílias para ocupação das novas moradias; acompanhamento técnico das obras e a requalificação da mão de obra local; acompanhamento pós-ocupação; acompanhamento da reformulação do Plano Diretor; Elaboração e acompanhamento de orçamentos participativos.

Na década de 1940 as ações realizadas pelo profissional se baseavam na seleção e avaliação das famílias, isso era determinante para o sucesso do empreendimento habitacional. Dava-se preferência “às famílias com maior possibilidade de educação moral, social e higiênica”, bem como, o acompanhamento dos moradores, durante as mudanças para as novas moradias (GOMES, 2015, p. 60).

No contexto atual, percebe-se que as ações do trabalho social desenvolvido no âmbito dos programas de urbanização de favelas ainda estão relacionadas ao cadastramento e seleção dos “beneficiários”, a preparação das famílias para a mudança e o acompanhamento pós-ocupação. Configurando-se como indutor de processos participativos com vistas a minimizar os conflitos e transtornos advindos das intervenções urbanas e habitacionais (SILVA, 2016; NALIN, 2013).



Neste cenário, aparecem as contradições para a atuação do assistente social e os desafios que terá de enfrentar, seja nas instituições formuladoras ou nas implementadoras da política habitacional. Onde as diretrizes nacionais emanadas pelo Ministério das Cidades determinam as ações para o fazer profissional, direcionadas para os três eixos da política (PAZ; TABOADA, 2010).

**Implementação de políticas públicas e políticas sociais** – Em muitos municípios as ações na área habitacional ficavam sob a responsabilidade de secretarias ou órgãos de assistência social. Apesar desse enfoque na política habitacional, a presença de profissionais da área social foi um aliado importante na luta por melhores condições de vida ditada pela população empobrecida, especialmente nas grandes cidades (PAZ; TABOADA, 2010).

Neste sentido, compreende-se que o Serviço Social atua na coordenação de políticas sociais e, ao mesmo tempo, no acolhimento dos sujeitos de sua ação, é requisitado para elaborar projetos técnicos sociais, planejar, executar, supervisionar e avaliar programas e projetos sociais, ressalta-se assim as competências do profissional nas ações no âmbito de intervenções urbanísticas governamentais (CORDEIRO, 2016, p. 5; GOMES, 2013, p. 24; ROSSATO; ACORCI; JESUS, 2016, p. 3).

Ressalta que as políticas públicas são instrumentos legais e transversais ao trabalho e representam espaços sócio-ocupacionais para os profissionais de Serviço Social. Espaços contraditórios que atravessam os fenômenos históricos e as instituições. Representando também um terreno de embate e de resistência na garantia de direitos. Neste sentido, o profissional se vê diante do dilema de ter que responder às requisições do governo federal e ao mesmo tempo, construir junto a classe trabalhadora um trabalho que corresponda ao seu projeto ético-político, primando pela democratização para alcançar um projeto de emancipação humana (SANTANA, 2011, p. 14; NALIN, 2013, p. 135).

**Implementação de Projetos e programas sociais** – O Serviço Social é uma profissão de natureza interventiva atuando nas múltiplas refrações da questão social, e dentro da área habitacional o profissional atua intervindo na implementação de programas e projetos das cidades, principalmente, aqueles voltados para os segmentos populares, onde se desenvolve o trabalho social (BARBOSA, 2011, p. 1).

Importa salientar que o trabalho social é exigido como uma demanda profissional importante na execução e gerenciamento dos projetos de infraestrutura urbana das obras do Programa de Aceleração de Crescimento/PAC. Referindo-se também à garantia da participação popular nos espaços de decisão dos projetos. Como já foi ressaltado, neste programa, o profissional executará o Projeto de Trabalho Técnico Social, através das orientações do Caderno de Orientações Técnico Social-COTS, com base na IN n. 08, que orienta a intervenção do trabalho da equipe social envolvida na execução dos programas (ROCHA, 2011, p. 2).

Mais uma vez ressalta-se as competências profissionais de analisar, acompanhar, avaliar e atestar a execução dos projetos. No entanto, compreende-se que a prévia determinação do processo de implementação, anula qualquer possibilidade de alterações por parte das equipes técnicas envolvidas no processo (RIBEIRO, 2013, p. 7; PAZ; TABOADA, 2010).

**Movimentos Sociais** – Os trabalhos selecionados refletem também sobre o processo de democratização do país e a renovação do serviço social, os quais trouxeram possibilidades para que os assistentes sociais se inserissem nos movimentos sociais urbanos, fortalecendo a luta pela Reforma Urbana. Onde os profissionais que atuavam na política da habitação reuniram esforços coletivos na aproximação com os movimentos sociais e com as organizações políticas da categoria (LIMA, 2012, p. 18).

Nas décadas de 1970 e 1980, destacam-se os movimentos por creches, habitação, transporte coletivo, postos de saúde, Movimento Diretas Já, Meninos e Meninas de Rua. Também se constata participações profissionais junto ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana e Fórum Nacional pela Reforma Urbana, nos quais os profissionais tiveram inserção e contribuíram para a elaboração da Constituição Federal de 1988, reforçando a atuação profissional do Serviço Social numa perspectiva comprometida com uma sociedade mais justa (SANTOS, 2016, p. 8).

Neste sentido os profissionais de serviço social devem estabelecer diálogos com os seus representantes e governantes, em busca de melhorias das suas condições de vida e das reais efetivações dos seus direitos, buscando um aprofundamento do debate acerca do direito à cidade e não somente à moradia (LIMA, 2012, p. 22).

**Atuação em equipes multidisciplinares e interdisciplinares** – As autoras afirmam que a prática multi e interdisciplinar nos programas e projetos urbanísticos que envolvem o trabalho social, revelam a importância e a necessidade das trocas de experiência nos diferentes campos das políticas públicas ou mesmo em organizações não governamentais e com usuários, a fim de demarcar alianças em torno de pautas e projetos comuns (RAICHELIS, 2009 apud NALIN, 2013, p. 147).

Gomes (2015, p. 161) indica que o profissional de Serviço Social vem atuando em sintonia com o desenvolvimento das obras físicas; o trabalho da equipe técnica social deve, de forma interdisciplinar, promover a mobilização e a participação popular por meio de atividades de cunho socioeducativo, de modo a fortalecer as bases associativas.

**Articulação com a rede socioassistencial** – Wusth (2015, p. 108) afirma que devemos compreender que o trabalho social não é desenvolvido apenas pela equipe técnica, mas com os diversos serviços da rede pública, pois com o término do projeto, o que permanece é justamente essa rede, e por isso, tanto o trabalho social quanto a atuação dos técnicos nesses projetos não substituem os serviços da rede pública.

No que tange às demandas na área da habitação, compreende-se que estas se apresentam de formas particulares para os profissionais, levando em conta as diferentes áreas em que atuam, podendo-se perceber a manifestação de múltiplas demandas em seu cotidiano profissional. Além das demandas dos usuários na questão da moradia e aluguel social, aparecem também outras interligadas a essa, mas que são do campo da saúde e educação, previdência, etc. (ROSSET; ACORCI; JESUS, 2013, p. 10).

Compreende-se então a necessidade de articulação interinstitucional ou intersetorial, como mecanismo de enfrentamento desta situação, tendo em vista a fragilidade das políticas sociais para atender tão amplas demandas, assim como a dificuldade dos próprios Assistentes Sociais na compreensão das reais necessidades sociais que dão origem as diversas expressões da questão social (ROSSET; ACORCI; JESUS, 2013, p. 11).

**Acolhimento** – Os técnicos sociais que acompanham a situação de remoção presenciam os inúmeros impactos que os moradores envolvidos em projetos habitacionais vêm sofrendo por conta das obras. Os moradores remanejados, reassentados ou simplesmente removidos em grande parte das vezes tendem a

perder a rede de relações solidárias já estabelecidas nos locais de moradia, rede quase sempre fundamental para minimizar a situação de vulnerabilidade social a que estão submetidos. Neste sentido, através do acolhimento e escuta da população pelos assistentes sociais, são dadas as informações e esclarecimentos sobre o andamento das obras e do projeto como um todo (COTS, 2013, p. 24 apud ROSSET; ACORCI; JESUS, 2013, p. 12; VIEIRA, 2015, p. 134).

Desta forma, vemos a importância do assistente social em relação à escuta ao usuário, à mediação junto à instituição, à compreensão dos aspectos simbólicos dos moradores pretendentes de moradia. Esses elementos são parte integrante do processo interventivo dos assistentes sociais que objetivam o acesso aos direitos das mais diversas naturezas, bem como a criação de vínculo e a compreensão de elementos para fundamentar uma futura intervenção (NALIN, 2013, p. 188).

Entende-se que é o momento de aproximação do assistente social com o usuário o qual demanda exigências quanto ao conhecimento, desde a utilização da entrevista até os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos da profissão, bem como das normativas da política habitacional, a fim de melhor atender as necessidades do usuário em sua totalidade.

***Plantão Social e Visita Domiciliar e Institucional*** – Trata-se de instrumentos do Serviço Social utilizados no âmbito da política de habitação. Segundo Mioto (2009, p. 148), estas técnicas não podem ser vistas de forma estática, devem ser observadas de acordo com os objetivos e exigências da ação profissional. A visita serve para organizar e acompanhar vistorias de imóveis, observar *in loco* a situação socioeconômica das famílias, coletar informações internas e externas à instituição. Mais do que isso, permite ir além do aparente na busca da essência das relações *in loco*, possibilitando ir além dos fatos já informados (NALIN, 2013, p. 171).

Por outro lado, o plantão social visa o atendimento dos usuários no repasse de informações sobre o projeto. O assistente social através do plantão social tem o contato direto com as famílias, contudo é desenvolvido com poucos recursos financeiros e infraestrutura limitada. Oliveira (2015) ressalta que é no plantão social que se conhece o tamanho do problema a ser enfrentado pelos municípios ou mesmo pela Caixa Econômica Federal, no que confere aos problemas do pós-ocupação e a manutenção do condomínio.

**Monitoramento e Diagnóstico** – Dentro da realidade do trabalho social verifica-se que o Assistente Social realiza pesquisas, diagnósticos, avaliações junto às comunidades, onde serão fornecidos subsídios para que posteriormente apresente a melhor intervenção. Assim após o término dos projetos, consegue apontar elementos que contribuam para eficiência, eficácia e efetividade da Política Nacional de Habitação/PNH (NALIN, 2013, p. 188; DIAS, 2011, p. 83).

Os assistentes sociais realizam diagnóstico de forma a conhecer a realidade local e oferecer elementos para a atuação profissional. Realizam reuniões ou assembleias para divulgação dos resultados do diagnóstico socioeconômico e a difusão do projeto que será desenvolvido em relação às obras e ao trabalho social (WUSTH, 2015, p. 89).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao proceder a análise dos trabalhos acadêmicos referentes à atuação do assistente social na política de habitação, com intuito de conhecer as atividades realizadas neste ambiente de trabalho do profissional, percebeu-se que o assistente social na área habitacional está inserido em equipe que desenvolve o trabalho social, item obrigatório da Política Nacional de Habitação. Neste ambiente, o profissional realiza suas atividades em conjunto com outros profissionais dentro de uma estrutura organizacional. Saliencia-se que estas atividades se apresentam direcionadas pelo aparato normativo que a política carrega.

De acordo com a leitura dos trabalhos que tratam sobre a atuação do assistente social na política de habitação, constatou-se algumas principais variáveis que explicam esta atuação. As variáveis descritas dão ênfase às atividades realizadas por este profissional. Para cada variável uma imensa demanda a qual o profissional busca dar a melhor solução. Para isto, precisa lançar mão de sua competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, se articulando com os órgãos e secretarias que desenvolvem as políticas públicas. Neste meio ele tem a possibilidade de contribuir para a garantia de direitos como a moradia e a inserção na cidade.

A prática do assistente social requer também sua competência para mediar conflitos que surgem no interior dos espaços ocupacionais. Pois, sinaliza a pesquisa que as instituições ainda apresentam uma postura clientelista, não garantidora dos

direitos de seus usuários. Mediante a isto, o profissional deve buscar lidar com a questão social explícita nos problemas de habitação da população, compreendendo seu desenvolvimento dentro de um contexto histórico, sua dinâmica, conflitos e antagonismos que perpassam sua atuação.

Neste contexto, ressalta-se que o profissional encontrará muitos limites para realizar tais atividades, pois a falta de planejamento, a falta de interesse político, o clientelismo, o descaso com os serviços públicos, a fragilização das políticas sociais são entraves presentes no cotidiano de trabalho. Porém não se pode negar a existência da política de habitação onde o profissional pode criar mecanismos que contribuam para efetivação de direitos da população.

Neste caso, pensa-se que o trabalho do assistente social na habitação não deve se limitar somente a intermediação da obra e o convencimento das famílias para o aceite dos projetos. Mas que passe a realizar uma prática que vise uma participação mais ativa nos processos decisórios e seja realmente um instrumento de transformação social.

Assim, a pesquisa visa contribuir com a profissão de Serviço Social, através do levantamento bibliográfico, no sentido de iluminar os debates e as reflexões acerca da temática da atuação do assistente social na Política Habitacional e serviu também para informar aos assistentes sociais, que atuam na área de habitação, algumas pistas para a atuação que viabilizem o enfrentamento da problemática habitacional.

220

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BARBOSA, K. C. U. S. Reflexões sobre o trabalho social na habitação. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, V, 23 a 26 de agosto de 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: JOINPP, UFMA, 2011.

CASTELLS, M. *Questão urbana*. Tradução de Arlete Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTE, P. H. F. A necessidade de articulação do serviço social com o debate contemporâneo da questão urbana diante dos valores afirmados no projeto ético-político profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. *Anais...* Águas de Lindóia/São Paulo: CBAS, 2013.

CORDEIRO, S. M. A. Trabalho Social e Políticas Urbanas: Novas e Velhas Aquarelas a partir de intervenções urbanísticas em Belém/PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XV, 04 a 09 de dezembro de 2016, Ribeirão Preto-SP. *Anais...* Ribeirão Preto: ABEPSS, 2016.

COSTA, S. M. G. da. Política habitacional e trabalho social: um olhar crítico sobre o projeto de trabalho técnico social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. *Anais...* São Luís: JOINPP, UFMA, 2009. CD-ROM.

DIAS, L. C. *A política de remoção e reassentamento na cidade de Cuiabá: Análise do processo de remoção dos moradores do entorno do Córrego Gumitá*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

DIAS, M. R. *A atuação do assistente social como Educador Ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, 2012.

ENGELS, F. *A questão da habitação*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

\_\_\_\_\_. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

GOMES, M. de F. C. M. *Conferência: Política urbana e Serviço Social*. Local: Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. Serviço social e políticas urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 105-118, ago./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Serviço Social na Área da Habitação: da tutela a mediação. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, XVII, 2001, Lima. *Anais...* Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

GOMES, R. P. *Avanços, impasses e desafios do trabalho social desenvolvido no âmbito dos programas federais de urbanização de favelas*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

GRAZIA, G. de. Realidade do Trabalho Social no PMCMV da região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XIV, 2014, Natal. *Anais...* Natal: ABEPSS, 2014.

HARTMANN, C. J. O trabalho social no Programa Parceria Social da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. *Anais... Águas de Lindóia/São Paulo*: CBAS, 2013.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

\_\_\_\_\_. Serviço Social alternativo: elementos para a sua problematização. In: \_\_\_\_\_. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-39.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Tradução de Maria Helen Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOJKINE, J. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LIMA, S. L. R. de; RODRIGUES, C. A Questão Habitacional na Cidade dos Negócios: desafios ao Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, ago./dez. 2012

LOPES, A. L. M.; FRACOLLI, L. A. Revisão Sistemática de Literatura e Metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 2008, vol. 17, n. 4, p. 771-778.

MIOTO, R. C. T. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: ABEPSS; CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

NALIN, N. M. *O Trabalho do Assistente Social na Política de Habitação do Interesse Social: o direito à moradia em debate*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, M. N. de; CASSAB, L. A. O Serviço Social na habitação: o trabalho social como instrumento de acesso das mulheres à moradia. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, I, 24 e 25 de junho de 2010, Universidade Estadual de Londrina. *Anais... Londrina*: 2015.

PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. Cidades, Desigualdades e Territórios. Módulo 1, Aula 1. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Curso a distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. p. 11-23.



PIMENTEL, J. R. O Trabalho social no contexto da atual política nacional de habitação: a difusão de um modelo e as implicações para o exercício profissional do assistente social. *Revista Convergência Crítica*, Campo dos Goytacazes/RJ, v. 1, n. 1, 2012.

RIBEIRO, E. M.; SCHUELTER, B. A Política de Habitação voltada para segmentos empobrecidos da população - Questões para o Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XII, 06 a 10 de dezembro de 2010, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010. CD-ROM.

RIBEIRO, G. M. Trabalho do Assistente Social em Programas de Habitação: Prática ou Exercício Profissional? In: CONGRESO ALAS CRISIS Y EMERGENCIAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA, XXIX, 30 de setembro a 04 de outubro de 2013, Santiago de Chile.

ROCHA, D. L. O Trabalho Social no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Atribuições para o Serviço Social nos Projetos de Infraestrutura Urbana. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, V, 23 a 26 de agosto de 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: JOINPP, UFMA, 2011.

ROSSATTO, T. A.; ACORCI, L.; JESUS, J. de. O Posicionamento Ético-Político do Profissional de Serviço Social frente às remoções habitacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. *Anais...* Águas de Lindóia/São Paulo: CBAS, 2013.

\_\_\_\_\_. Trabalho Social em Projetos de Habitação: demandas e respostas sobre a Participação Comunitária (Belém-Brasil). *Revista Plaza Pública*, v. 6, p. 348-371, 2011.

SANTANA, J. V.; MERCÊS, R. R. das; SANTOS, R. de C. B. dos. Serviço Social e Participação Comunitária: Atuação de Assistentes Sociais em Projetos Urbanísticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XIII, 31 de julho a 05 de agosto de 2010, Brasília. *Anais...* Brasília: CFESS, CRESS-8ª Região-DF, ABEPSS, UNESCO, 2010. CD-ROM.

SANTOS, G. P. Serviço Social e a Questão Urbana no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XV, 04 a 09 de dezembro de 2016, Ribeirão Preto-SP. *Anais...* Ribeirão Preto: ABEPSS, 2016.

SANTOS, L. V. dos. *Avaliação Pós-ocupação da Habitação de Interesse Social no Brasil: Uma revisão Sistemática da Literatura*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997

SANTOS, R. de C. B. dos; SANTANA, J. V. Política Habitacional e Serviço Social: reflexões sobre o Trabalho Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. *Anais...* Águas de Lindóia/São Paulo: CBAS, 2013.

SILVA, C. R. da. O trabalho do Assistente Social na Política de Habitação de Interesse Social: apontamentos a partir da experiência profissional na Gestão do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Duque de Caxias – Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 05 a 09 de setembro de 2016, Olinda, Pernambuco. *Anais...* Olinda: CBAS, 2016.

SOUSA, C. T. de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8 (1): 119-132 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 30 maio 2013.

SOUZA, T. S. M. de; VIEIRA, J. E. G. A inserção do Planejamento Urbano Participativo na Política Nacional de Habitação e o Trabalho do Assistente Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. *Anais...* Águas de Lindóia/São Paulo: CBAS, 2013.

VIEIRA, N. P. *O Trabalho do Assistente Social nos Processos de Remoção de Moradias: atualização de antigas requisições*. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

WUSTH, A. *O Trabalho Social e a Política de Habitação: desvendando contradições*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.